



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 5

do processo nº 01- 715 de 2019 24 / 10 / 19 (a) 50

DANIEL AIDAR DA ROSA
Técnico Administrativo
RF 11.440

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 13 NOV 2019
Const., Just. e Leg. Particip.,
Pol. Urb., Meio Amb. e Meio Amb.,
Finanças e Orçamento

PRÉSIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.



14 NOV 2019

SGP. 42

Antonio Isoldi Caleari

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SETOR DE PESQUISA E ACESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 14/11/19 Às 16:00 hs

POR Julio

SAÍDA 02/12/19 ÀS 13 H 00 ASS: Julio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Seguem juntado(s) o(s) documento(s) de

Fls. 6 / 7 S.P. 02 / 12 / 19

NELSON MINORU HORIE
 Técnico Administrativo
 RF. 11.017



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Folha - 06 -
Proc. Nº 715 / 2019
Nelson Minetti

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 715/19

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 12.349, de 06 de junho de 1997, que estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 13.520, de 06 de fevereiro de 2003, que cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz, no Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 13.496, de 07 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a área central do Município de São Paulo, nos termos que especifica;

- Lei Municipal nº 14.003, de 14 de junho de 2005, que consolida o Programa Municipal de Intervenção em Ruas Comerciais do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.917, de 07 de maio de 2009, que dispõe sobre a concessão urbanística no Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.096, de 08 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do Município de São Paulo, nos termos que especifica;



-Lei Municipal nº 14.918, de 07 de maio de 2009, que autoriza o Executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz;

-Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, e revoga a Lei nº 13.430/2002;

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico (PDE).

- Lei Municipal nº 16.607, de 29 de dezembro de 2016, que institui o Programa Ruas Abertas e altera a Lei nº 12.879, de 13 de julho de 1999, revoga a Lei nº 12.273, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

- Decreto 38.505, de 22 de outubro de 1999, que cria o 'Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Região da Rua Treze de Maio – PROBIXIGA', a ser implantado em área especial de intervenção que especifica, e dá outras providências;

- Decreto Municipal nº 38.506, de 22 de outubro de 1999, que cria a 'Comissão PROBIXIGA', para atuar no Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Região da Rua Treze de Maio, e dá outras providências;

- Decreto Municipal nº 38.578, de 08 de outubro de 1999, que cria o 'Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Região da Avenida Paulista – PROPAULISTA', a ser implantado em área especial de intervenção que especifica, e dá outras providências;

- Decreto Municipal nº 38.579, de 08 de novembro de 1999, que cria a 'Comissão Plenária Deliberativa – PROPAULISTA', para atuar no Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Região da Avenida Paulista, e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

folha - 07 -
roc. N° 715 / 2019
Nelson Minoru Horie
R7 11.01

- Decreto Municipal nº 52.942, de 24 de janeiro de 2012, que institui o 'Programa Habitacional Renova Centro', e os procedimentos para a sua implantação;

- PL 497/14, que determina a requalificação urbana de área localizada na região central a ser denominada como Circuito das Compras na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, de acordo com despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 27 de novembro de 2019.

Juliana Trindade von T Eberlin

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 232.414

RECEBIDO

Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa

Em 02/12/19 às 13h10

RF


Ugo Pozo
RF 11.299

Ac Nobre Vereador /A Nobre Vereadora

RINALDI DIGILIO

Para Relatar.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e
Legislação Participativa.

Em 02/12/2019

Presidente

Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias.
nos termos do § 3º do artigo 63 do R.I.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

EM 09/12/2019 ÀS 13:30 HS

POR

DATA 17/02/20 ÀS 15 H 00 ASS: Julia

REDISTRIBUIDO

Ac Nobre Vereador /A Nobre Vereadora

Cezio Miranda

Para Relatar.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e
Legislação Participativa.

Em 16/06/2020

Presidente

Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias
nos termos do § 3º do artigo 63 do R.I.